

A ESCOLA GABRIEL PEREIRA

Fernando Luís Gameiro

Introdução

O que se ganha celebrando um momento cronológico escolhido arbitrariamente da história de uma instituição? O historiador inglês Eric Hobsbawm, depois de sublinhar que ser membro de uma comunidade humana significa situarmo-nos em relação ao seu passado, mesmo que assumindo uma postura de recusa, respondeu a esta pergunta de uma forma surpreendentemente simples: «O certo é que sentimos a necessidade de usar a História»¹.

De facto, assinalar um século na existência da Escola Gabriel Pereira é, por si só, relevante para os agentes educativos contemporâneos que fizeram, ou fazem, parte da sua comunidade.

As comemorações foram marcadas por um conjunto de eventos que, apesar do relevo de que se revestiram para quem neles participou, ou para quem entendeu dever valorizá-los, são transitórios e efémeros. Todavia, de uma marca importante deve ficar a memória. Está justificada a existência deste livro.

A obra é uma interpretação da história institucional – mais consistente até 1974, cruzando fontes escritas, iconográficas e orais, e mais aberta depois daquela data, dando voz, sob forma de entrevista, aos protagonistas: diretores, professores, funcionários e alunos.

Uma das vertentes deste trabalho consistiu na recolha de informação original – fotografias, jornais escolares, brochuras, objetos –, documentos que estavam ausentes dos arquivos institucionais, e que fazem parte das histórias de vida de diretores, professores, funcionários e alunos, que generosamente no-los fizeram chegar.

Uma segunda vertente abrangeu o recurso à história oral, sob forma de dezenas de entrevistas que integram o texto. Este exercício constitui um recurso metodológico necessário para a reconstituição de aspetos relevantes da vida escolar. A mobilização dos documentos completou a informação dos arquivos institucionais e integra o que de melhor esta prosa possa ter: a vida escolar descrita por quem a viveu.

É vulgar, para quem frequenta a Escola Secundária Gabriel Pereira, constatar a existência de peculiaridades, como, aliás, acontece em instituições com vida longa. Chamamos a atenção para dois exemplos, um no domínio da oralidade, outro na dimensão patrimonial. O primeiro reporta-se à distinção que alguns agentes educativos ainda fazem entre «engenheiros» e «professores», uma reminiscência da forte tradição dos recursos docentes associados ao ensino técnico. O segundo destaca a emblemática escultura do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, uma das peças de estatuária escolar, associada à exaltação nacionalista dos anos de 1960, que domina um dos espaços centrais.

Há dois conceitos que são transversais ao livro. O primeiro, o de segmento, que distingue o ensino técnico do ensino liceal, remete para um processo de engenharia social comum à maioria dos países europeus, embora com cronologias diferentes. A segmentação nos sistemas de ensino visava reproduzir o modelo de sociedade, controlando a mobilidade social associada à qualificação académica. Surge, assim, um segmento destinado a formar elites, o ensino clássico liceal, a par de outro destinado a

¹ HOBBSAWM, Eric – *Escritos sobre a História*. Lisboa: Relógio de Água, 2010, p. 30

instruir operários e empregados do comércio e serviços, o ensino técnico, industrial e comercial. O segundo conceito, o de mobilidade ocupacional, remete para a mudança de ocupação em relação à evidenciada pelos pais, estando associada à qualificação conferida pela escola. O recrutamento social das escolas técnicas era feito, na maioria dos casos, no seio de grupos como os dos trabalhadores sem qualificação ou pouco qualificados, funcionários e comerciantes. A obtenção de um diploma traduzia-se no acesso a ocupações com remunerações regulares ou de «colarinho branco», caso dos empregados bancários, dos seguros e dos serviços. Para muitos alunos, concluir o ensino técnico, tendo por referência o meio social de origem, era uma forma de «subir na vida».

O que ficou por fazer? Em primeiro lugar, falta a história da mais antiga instituição de ensino profissional que esteve na dependência da EICE, durante quase duas décadas, a Escola de Olaria de Viana, a qual, em 1948, passou a ser administrada pela escola-sede. É um livro que está em fase de composição e onde pontificam nomes grandes do ensino das Artes, como são os casos de Júlio Resende ou de Aníbal Alcino.

Em segundo lugar, são necessários elementos da história recente, porém ainda é cedo para tal. Valem, neste caso, as entrevistas aos agentes educativos. Sobre o que transmitiram, o leitor fará o seu próprio juízo.

Por fim, refira-se a organização do texto. É introduzido por um enquadramento geral, seguido de uma abordagem às marcas arquitetónicas que a presença da escola deixou na cidade, caracterizando-se agentes educativos, alunos, professores e funcionários. Uma amostra dos alunos que frequentaram a instituição, nos anos de 1960 e de 1970, respondeu a um inquérito que possibilitou reconstituir as suas trajetórias escolares e profissionais, permitindo avaliar o impacto das qualificações obtidas nas suas carreiras profissionais. Acresce ainda destacar, em especial, dois casos de alunos bem-sucedidos do ponto de vista profissional, os pintores Estrela Faria e António Palolo.

O livro termina com os testemunhos dos agentes educativos e com um balanço das comemorações. O texto, sem ser académico no sentido estrito do termo, persegue o rigor e baseia-se nas evidências achadas pela pesquisa. Por esta razão, a montante da escrita, procedemos à organização do arquivo histórico, à recolha de fontes orais e à mobilização de documentos considerados relevantes para o fim a que nos propusemos. O erro e a imprecisão foram proscritos. Ainda assim, num trabalho desta natureza, persistirão sempre e encontrá-los também é incumbência do leitor. Nesse sentido, aqui fica uma caixa de correio para quem o entender fazer: fgameiro@uevora.pt.

Conclusão

A origem da Escola Secundária Gabriel Pereira remonta a 1914, enquanto Escola Industrial da Casa Pia, instalada no antigo Colégio do Espírito Santo. A partir de 1919, ganha dimensão, já como Escola Industrial Gabriel Pereira, com o alargamento da oferta educativa e o crescimento sustentado da procura. Entretanto, o aumento do número de alunos, e as exigências da reforma de ensino técnico de 1947/1948, obrigaram à mudança de instalações e de nomenclatura, agora como «Escola Industrial e Comercial de Évora». Nesse sentido, o restauro do Convento de Santa Clara, e a requalificação da área envolvente, um processo de obras concluído em 1950, permitiu a instalação condigna da EICE durante duas décadas. A função educativa daquele espaço ainda hoje se mantém, já que aí continua a funcionar a Escola Básica de Santa Clara.

Incapaz de acomodar um número de alunos que não parava de crescer, em grande medida graças aos obstáculos levantados ao acesso ao ensino liceal, foi

necessário construir instalações novas, as mesmas que, requalificadas, são hoje ocupadas pela Escola Secundária Gabriel Pereira.

Em matéria de lideranças, o ciclo marcante durante a Iª República foi assegurado por Santos Garcia, um antigo senador republicano, entre 1916 e 1936. A presença no corpo docente de vários protagonistas da época da fundação, bastante ativos no Conselho Escolar, e a dimensão periférica em relação aos grandes centros urbanos, terá retardado uma adesão mais veemente à política educativa do Estado Novo, nos anos de 1930 e de 1940. Só a partir da reforma de 1947/1948, e com o recurso a diretores recrutados fora da região, passou a ser evidente a adesão ao nacionalismo vigente. Esta vertente constituiu, aliás, uma das peculiaridades da instituição, já que adotou o combate à política anticolonial, encetada pela Organização das Nações Unidas, como via para introduzir na comunidade escolar as vertentes doutrinárias da Educação Nacional. Desses tempos e de entre outros testemunhos, ficou uma coleção de artefactos originários das antigas colónias, que integram o espólio museológico.

No corpo docente, avultavam então os diplomados pelos Institutos Industriais e Comerciais, mas a reforma de 1947/1948, ao introduzir no currículo um conjunto de disciplinas de cariz humanístico, diversificou a sua formação de base. As escolas técnicas conseguiram um novo estatuto, ao constituir-se como liceus de «via curta», adquirindo dimensão e reputação. No caso da EICE, este processo extravasaria para além dos muros da escola, contribuindo para marcar a agenda cultural de Évora no quadro da aproximação da instituição à comunidade, encetado por vários diretores, em particular por Guedes do Amaral (1957-1966). Nas décadas de 1950 e 1960, altura em que a maturidade da reforma de 1947-1948 foi atingida, a EICE era a sede de um agrupamento que integrava a Escola de Olaria de Viana do Alentejo e uma secção, que daria origem à atual escola secundária, em Reguengos de Monsaraz.

Dirigida, à partida, a um público cujas perspetivas de mobilidade ocupacional eram limitadas, a qualificação obtida nas escolas técnicas parece ter representado uma mais-valia para os alunos que a procuravam. O inquérito aplicado a antigos alunos das décadas de 1960 e de 1970, e as entrevistas realizadas a alguns dos agentes educativos dessa época, mostram um elevado grau de consenso em torno dos objetivos definidos para este segmento de ensino pelo regime do Estado Novo.

Depois de 1974, o regime democrático, ao promover a massificação do acesso ao ensino secundário e, por extensão, ao ensino superior, estimulou as expectativas de prosseguimento de estudos. Até ao 25 de Abril, a Escola do Magistério Primário acolheria também algumas vocações, mas, tal como no resto do país, o prosseguimento de estudos era limitado e, na maior parte dos casos, dirigia-se aos Institutos Comerciais e Industriais ou à Escola de Belas-Artes, em Lisboa.

Ainda na década de 1960, a abertura do Instituto Económico e Social e, nas décadas subsequentes, da Universidade de Évora, assim como de vários Institutos Politécnicos, teve impacto significativo sobre os diplomados do ensino técnico. As expectativas de prosseguimento de estudos, limitadas quando da frequência do ensino das escolas industriais e comerciais, alargaram-se para um número significativo de diplomados na EICE. Estes obtiveram certificação de nível superior, maioritariamente ao nível do bacharelato e da licenciatura.

A unificação dos segmentos de ensino técnico e liceal, depois de Abril de 1974, transformou a face da escola. O ensino massificou-se, mas a Escola Secundária Gabriel Pereira, que retomou a designação do seu patrono a partir de 1979, acabaria por manter alguma da sua identidade: beneficiou do reforço da dimensão científico-humanística da oferta, captando docentes e alunos, apostou na formação artística e envolveu-se em diversos projetos e atividades de ligação à comunidade. A presença regional passou

também pelo impressionante desenvolvimento da procura dos cursos noturnos nos anos de 1980 e 1990, garantindo a centenária sustentabilidade da procura.

Porém, tanto a existência de infraestruturas oficiais como de um corpo docente fortemente especializado garantiram a retoma, ainda que com menor expressão, da fileira de formação técnica nos anos de 1980 e de 1990. Atualmente, mercê da aposta do poder central na recuperação do ensino técnico e profissional, procura-se conciliar num mesmo espaço pedagógico os dois segmentos de ensino, o técnico e profissional, mais dirigido para o mercado de trabalho, e o clássico científico-humanístico, orientado para o prosseguimento de estudos.